

Em fevereiro de 2020, o governo federal declarou a emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus. Em março, a Organização Mundial de Saúde elevou o estado da contaminação da Covid-19 à pandemia em razão da rápida disseminação geográfica que o vírus passou a apresentar. O aprofundamento da gravidade do cenário trouxe sérias consequências para a saúde global, para as relações sociais, para a política e para o Direito.

Atentos às mudanças, os Comitês Editorial e Executivo da *Revista Direito Público* (RDP) notaram a oportunidade de provocar pesquisadores(as) a compartilhar seus estudos e análises sobre a pandemia com a comunidade acadêmica e “fomentar o debate qualificado sobre os efeitos jurídicos, sociais, culturais, econômicos e políticos da Covid-19 no Brasil e no mundo”¹. Divulgamos, assim, a chamada de artigos para o Dossiê Especial Covid-19, no dia 27 de março de 2020, destacando a preferência para artigos que estabelecessem transversalidade satisfatória e de qualidade entre a linha temática da RDP e os assuntos emergentes em face à pandemia.

Ademais, indicamos que o prazo para a submissão dos manuscritos se encerraria no dia 31 de julho, com previsão de publicação do dossiê no mês de setembro. Não obstante, considerando que não foi possível cumprir o prazo estipulado, e prezando pela transparência e seriedade do trabalho realizado, dividimos esta Carta de Apresentação em duas partes: a primeira delas destinada a (i) comunicar aos(às) leitores(as) e autores(as) os principais motivos que ocasionaram o referido atraso, a (ii) compartilhar as estratégias adotadas a fim de garantir a qualidade da edição e a (iii) publicizar alguns dados quantitativos em relação às submissões recebidas; a segunda, para apresentar os artigos que compõem o número.

Desta forma, aproveitamos este momento para refletir sobre as práticas editoriais adotadas pelo periódico e reforçar os parâmetros de qualidade observados no momento de seleção dos artigos. Esperamos que as informações aqui descritas possam servir de apoio para futuros(as) autores(as) interessados(as) em submeter seus trabalhos à RDP, assim como fomentar o debate em torno do fluxo editorial de periódicos vinculados à área do Direito.

CIRCUNSTÂNCIAS DA PUBLICAÇÃO

Inicialmente, é preciso reconhecer que as limitações impostas pela pandemia da Covid-19 alteraram a forma como os(as) Editores(as) administravam o

1 Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/announcement/view/64>>.

periódico. Neste novo momento, em que todas as pessoas envolvidas na operacionalização da RDP foram transferidas para o ambiente de *home office*, as dinâmicas de interação entre a equipe foram constantemente revisitadas: tivemos que adaptar os procedimentos de tomada de decisão e nos foi exigido conciliar o ambiente doméstico com o profissional.

A pandemia nos impôs novas sincronidades e tecnologias com as quais não tínhamos contato anteriormente; desse modo, as condições – por vezes imprevisíveis – de conectividade e a mudança de percepção quanto ao tempo de trabalho foram aos poucos incorporadas em nossa rotina, de forma que pudéssemos compreender as possibilidades de comunicação e produtividade no novo contexto.

Em paralelo, administramos – e continuamos a administrar – o impacto da pandemia em nossas vidas, uma vez que nos encontramos em uma posição altamente suscetível a instabilidades. Conforme poderá ser notado pela leitura dos artigos que compõem este número, o ambiente que nos cerca atualmente afeta desde nossas relações de trabalho até a forma como podemos compreender, ou não, os acontecimentos à nossa volta. Assim, ao refletir sobre os fatores que influenciaram o descumprimento do cronograma previsto, nossas limitações humanas devem ser levadas em consideração.

Além desses aspectos, circunscritos à conjuntura pandêmica, alguns outros fatores também merecem ser destacados. O primeiro deles, cujo impacto foi bastante significativo para a configuração do presente número, foi a quantidade de artigos que recebemos durante o prazo aberto para a chamada (Figura 1).

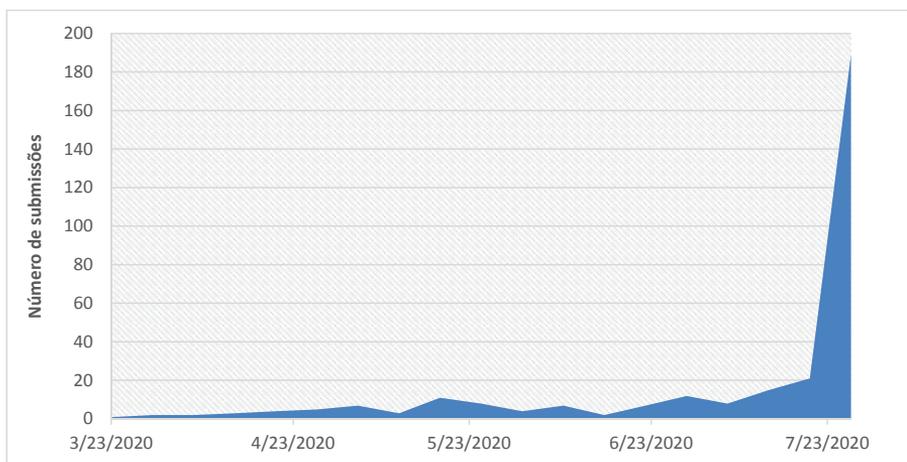


Figura 1 – Elaboração própria.

Entre os dias 27 de março² e 31 de julho, foram recebidas mais de trezentas submissões com vinculação ao dossiê, havendo uma alta concentração de envios na última semana do prazo estipulado (mais de 180 artigos). Ainda que tivéssemos consciência da boa repercussão da chamada, os números apresentados não foram previstos pelos(as) Editores(as) em um primeiro momento. Por conta disso, o tempo necessário para que o procedimento de *desk review* dos artigos fosse concluído demorou mais do que o esperado.

Ademais, durante o processo, identificamos a necessidade de reformular boa parte do fluxo editorial do periódico, adotando novas estratégias de organização das submissões e, principalmente, delimitando as fases e os critérios adotados durante o mencionado *desk review*. Conforme será descrito em seção posterior, refinamos os parâmetros de avaliação adotados pela RDP a fim de garantir que, para as próximas submissões, os(as) autores(as) tenham consciência a respeito de quais elementos constitutivos dos artigos têm maior peso durante o controle de qualidade.

Somado a isso, enfrentamos dois problemas relacionados ao *double-blind peer review*. Por um lado, tendo em vista a grande quantidade de artigos encaminhados para esta fase, foi necessário lidar com a (in)disponibilidade dos(as) pareceristas vinculados(as) ao periódico, que estavam igualmente inseridos(as) na conjuntura instável da pandemia. Por outro, em razão da amplitude de temas abordados nos artigos, que extrapolou aqueles com os quais estávamos habituados(as), tivemos que conduzir busca ativa de novas pessoas que pudessem garantir uma avaliação profunda e especializada dos trabalhos recebidos.

Em resumo, portanto, o atraso para a publicação do dossiê está transpassado por questões ligadas à sua própria temática, ou seja, à pandemia, e por outras que surgiram ao longo do processo de recebimento e avaliação dos artigos. Nesse sentido, a apresentação desses elementos serve como base para que possamos contextualizar e justificar as medidas implementadas pelo periódico ao longo dos últimos meses.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELO CORPO EDITORIAL

Uma das primeiras iniciativas que tomamos foi a de reformular as informações disponíveis em nossa plataforma *online*, tendo em vista a quantidade de *e-mails* que estávamos recebendo com dúvidas de autores(as). Tentamos esclarecer, da forma mais completa possível, os critérios observados pelo pe-

2 A data inicial do gráfico é 23 de março porque abrange a semana de referência, mas as submissões foram abertas somente a partir do dia 27 daquele mês.

riódico em relação aos artigos submetidos (seção “Diretrizes para Autores”) e, principalmente, o fluxo editorial ao qual estão vinculados (seção “Procedimento de Avaliação pelos Pares”). Notamos que a descrição detalhada dessas duas seções reduziu a quantidade de mensagens recebidas e nos possibilitou utilizar o conteúdo atualizado para fundamentar as decisões e os prazos comunicados aos(as) autores(as).

Mais adiante, durante a operacionalização dos artigos do dossiê, adotamos três medidas diferentes, sendo a primeira delas relacionada ao procedimento de *desk review*. Para a conclusão dessa fase, os(as) Editores(as) e o Comitê Editorial realizam uma análise de qualidade dos artigos; contudo, considerando que mais de 200 manuscritos precisavam ser analisados somente para o dossiê, foi necessário expandir a quantidade de pessoas envolvidas. Assim, solicitamos auxílio da equipe de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Constitucional do IDP³, programa ao qual o periódico é vinculado, e garantimos que a etapa fosse concluída de forma mais rápida.

A partir dessa experiência, revisitamos os parâmetros de qualidade adotados pela RDP e definimos as seguintes categorias de análise com potencial de prejudicar o envio de artigos à avaliação por pares:

- i. É necessária uma elaboração mais profunda e atualizada sobre as categorias centrais utilizadas no artigo;
- ii. O problema proposto é muito amplo para o escopo de um artigo científico, prejudicando seu desenvolvimento. Sugere-se delimitação da pergunta de pesquisa;
- iii. É necessário robustecer as posições defendidas ao longo do artigo a partir de um conjunto maior de referenciais teóricos atuais e críticos do campo explorado;
- iv. Os temas relacionados ao Direito Público não adquirem centralidade no artigo, escapando, portanto, da linha editorial da Revista;
- v. É necessário robustecer a força analítica do artigo, elaborando contribuições inovadoras e críticas sobre o problema explorado;
- vi. Sugere-se reformulação dos aspectos metodológicos do artigo, tendo em vista que não estão adequados ao problema proposto;
- vii. Não há coerência entre os resultados apresentados, a metodologia empregada e as discussões levantadas ao longo do artigo.

Tornamos públicas essas categorias com o objetivo de orientar autores(as) interessados(as) em submeter seus trabalhos ao periódico, assim como para registrar o aperfeiçoamento alcançado. Reconhecemos, ainda, que o engajamen-

3 Agradecemos, nominalmente, e em ordem alfabética, pelo auxílio de Daniel Sebastián Granda Henao, Eduarda Toscani Gindri, Fernanda Lima da Silva e Júlio Emílio Cavalcanti Paschoal.

to da equipe de Pós-Graduação *Stricto Sensu* foi de extrema importância para que pudéssemos refinar esses parâmetros, motivo pelo qual reforçamos nosso agradecimento.

A segunda medida adotada vai de encontro ao problema sinalizado anteriormente em relação ao *double-blind peer review*. A fim de mitigar as barreiras de disponibilidade, decidimos divulgar uma chamada especial para pareceristas dispostos(as) a avaliar artigos submetidos ao dossiê. Publicada no dia 1º de setembro⁴, a chamada foi recortada de acordo com os temas dos manuscritos aprovados durante o *desk review*⁵, garantindo a compatibilidade entre avaliador(a) e artigo, e, nos seis dias em que ficou aberta, gerou mais de 80 candidaturas.

Assim, na medida em que garantimos que os(as) pareceristas originalmente vinculados(as) ao periódico não fossem sobrecarregados(as), renovamos o banco de avaliadores(as) da RDP. Ainda em relação ao processo de avaliação por pares, e descrevendo a última medida relevante que adotamos, cuidamos para que o contato com os(as) pareceristas fosse conduzido da forma mais minuciosa possível, detalhando o processo de avaliação nos *e-mails* encaminhados e elaborando tutoriais que possibilitaram a transferência dos artigos avaliados com comentários por meio de nossa plataforma.

Por meio dessa iniciativa, conseguimos fomentar um diálogo maior entre pareceristas e autores(as), de modo que a maioria dos pareceres com indicação de aceite, rejeição, ou de correções, se tornaram mais densos. Agradecemos, assim, a todos(as) que responderam à chamada, assim como ao nosso antigo banco de pareceristas, que se disponibilizaram a seguir as orientações encaminhadas e contribuíram para um processo de avaliação transparente e completo.

NÚMEROS DA CHAMADA

Finalmente, divulgamos algumas quantificações em relação aos artigos recebidos, a fim de que os(as) leitores(as) e autores(as) tenham consciência do perfil de submissões que recebemos, assim como para que visualizem os números gerados a partir dos processos de decisão.

4 Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/announcement/view/70>>.

5 A saber: (i) Direito Constitucional, Teoria do Estado e/ou Democracia; (ii) Direito de refúgio; (iii) Gênero e violência doméstica; (iv) Direito Tributário, Financeiro e/ou Econômico; (v) Direito Administrativo; (vi) Direito digital, direito à informação e/ou proteção de dados; (vii) Direito à saúde; políticas públicas de saúde e judicialização; e (viii) Direitos fundamentais.

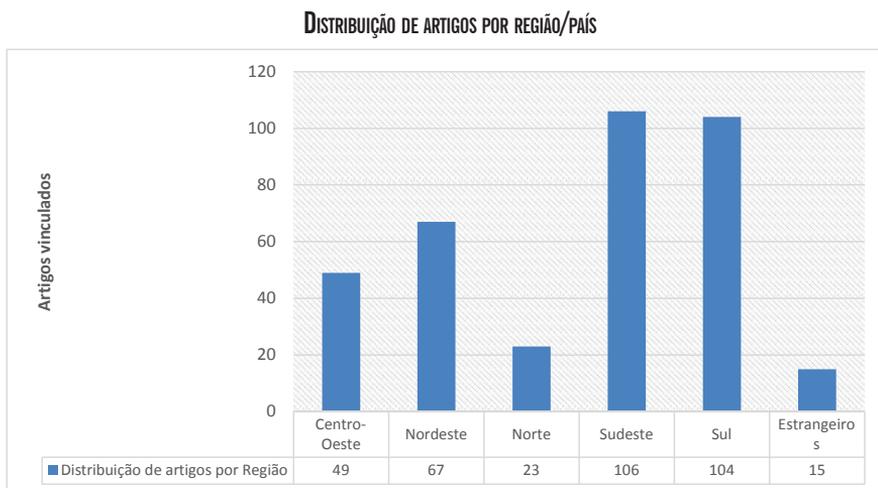


Figura 2 – Elaboração própria.

A classificação de artigos por região foi realizada considerando a instituição de filiação declarada pelos(as) autores(as) no momento de submissão e não está delimitada a cada uma das pessoas vinculadas ao artigo. Desta forma, um mesmo artigo assinado por duas pessoas filiadas a uma instituição de Fortaleza conta como uma submissão vinculada à região Nordeste. Feitas as classificações, notamos que houve prevalência de artigos provenientes das regiões Sudeste e Sul, seguidas das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Recebemos, ainda, 15 artigos assinados por autores(as) vinculados(as) a instituições estrangeiras.

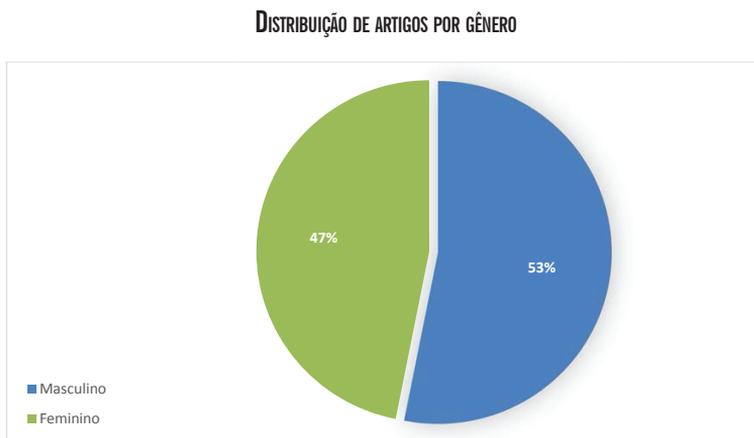


Figura 3 – Elaboração própria.

Para realizar a classificação dos(as) autores(as) de acordo com o gênero, utilizamos tanto o nome inserido na plataforma quanto o gênero utilizado para descrição no campo reservado à biografia. Contabilizamos um total de 382 ho-

mens e 337 mulheres inscrevendo as submissões, o que totaliza mais de 700 autores e autoras envolvidas na produção de artigos para o dossiê. A partir desses números, destacamos a considerável paridade de gênero identificada, assim como o fato de que a maioria dos artigos submetidos foram assinados por mais de uma pessoa, demonstrando a prevalência de produções conjuntas.

DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS POR FASE DO FLUXO EDITORIAL

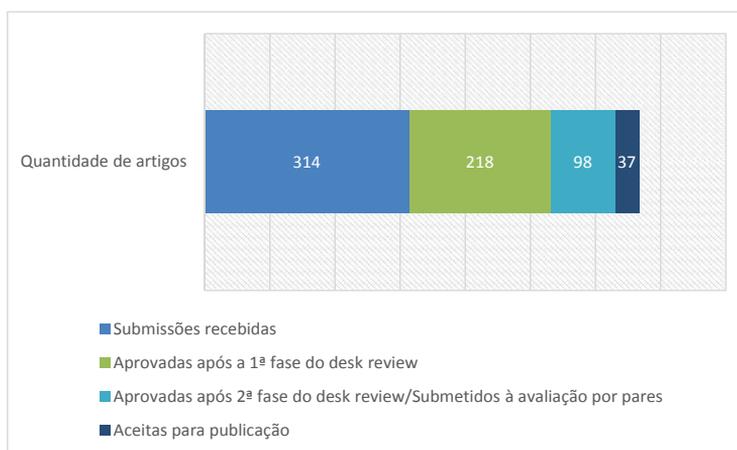


Figura 4 – Elaboração própria.

Por fim, apresentamos alguns números relacionados ao fluxo editorial dos artigos submetidos com vinculação ao dossiê. No total, foram recebidas 314 submissões⁶, tendo sido, aproximadamente, 30% delas rejeitadas durante a 1ª fase do procedimento de *desk review*. Conforme delimitado em nossa plataforma, é nesse momento que se verifica o atendimento às Diretrizes para Autores; portanto, uma média de 90 submissões foram rejeitadas porque os(as) autores(as) não cumpriram as condições prévias e os requisitos de formatação estabelecidos pelo periódico.

Das submissões aprovadas (218), apenas 98 estavam de acordo com os critérios de qualidade observados pela RDP (fase final do *desk review*⁷). Neste momento, os(as) Editores(as), em diálogo com o Comitê Editorial, verificam a adequação do texto à linha editorial do periódico, assim como seu caráter inovador e inédito; aprovados, os artigos são enviados à avaliação por pares. No caso do dossiê, tivemos 37 artigos aceitos após o *double-blind peer review*, valendo

6 Importante destacar que, dentre estas, aproximadamente 60 são submissões duplicadas ou triplicadas [casos em que os(as) autores(as) tiveram seus artigos rejeitados durante o *desk review* e fizeram uma nova submissão, ou solicitaram o arquivamento da submissão para realizar uma nova por outros motivos, ou, por engano, realizaram mais de uma submissão]; sendo assim, é possível se referir a um número de, aproximadamente, 250 submissões originais.

7 Conferir seção “Estratégias Adotadas pelo Corpo Editorial” desta Carta.

ressaltar que (i) 21 foram selecionados para publicação neste número, (ii) alguns receberam parecer negativo de publicação pelo Comitê Editorial e (iii) alguns ainda estão em processo de avaliação pelo Comitê. Há, ainda, fora do conjunto de artigos aceitos, aqueles que continuam na fase de avaliação por pares.

Desta forma, sinalizamos que, por conta da quantidade e qualidade dos artigos recebidos, há previsão para a publicação de um segundo volume do Dossiê Especial Covid-19 no ano que vem (2021), a fim de contemplar, de acordo com os critérios adotados pelo Comitê Editorial, aquelas submissões não incluídas no presente número.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DA EDIÇÃO

Exploradas as práticas editoriais envolvidas na construção do presente dossiê, passamos a apresentar aos(às) leitores(as) o conteúdo dos artigos incluídos na edição. Em resumo, o dossiê é composto por 23 artigos e sua estrutura está dividida de acordo com 8 eixos temáticos, assim organizados:

(a) Direito Constitucional:

- *Covid-19 Como Impulsionadora do Constitucionalismo Abusivo*, de Suéllyn Mattos de Aragão, Ewerson Willi de Lima Pack e Marcelo Paulo Maggio;
- *As Decisões Monocráticas do Supremo Tribunal Federal em Tempos de Pandemia – A Necessária Deliberação Suficiente*, de Ricardo Morishita Wada, Carlos André Coutinho Teles e Eduardo Chow de Martino Tostes;
- *A Liberdade de Reunião sob Cuidados Intensivos*, de Hugo César Araújo de Gusmão e Diego Fernandes Guimarães;
- *Exercícios de Diagnose Pandêmica no Conceito de Exceção de Agamben*, de Lilian Márcia Balmant Emerique e Nilson Carlos Costa de Souza Filho;
- *Las Cortes Constitucionales en América Latina y los Derechos Fundamentales en el Marco de la Pandemia: Casos Paradigmáticos Frente al Déficit de Ciudadanía Sanitaria*, de Pietro de Jesús Lora Alarcón e Nívea Andreza de Oliveira Costa;
- *Revisando as Regras: Adaptações e Alcances do Processo Decisório Legislativo em Tempos de Pandemia*, de Rafael Silveira e Silva.

(b) Direitos fundamentais:

- *Estado de Alarma por Coronavirus y Protección Jurídica de los Grupos Vulnerables*, de Miguel Ángel Presno Linera;
- *Políticas Públicas de Saúde e Lealdade Federativa: STF Afirma Protagonismo dos Governadores no Enfrentamento à Covid-19*, de Jose

Mario Wanderley Gomes, Ernani Carvalho e Luís Felipe Andrade Barbosa;

- *Liberdade de Expressão e Risco à Saúde nas Plataformas Digitais Durante a Pandemia da Covid-19: uma Análise do Controle dos Discursos Científicos a Partir do Caso Mikovits*, de André Rubião e Giovanna Zago Miotto;
- *O Limbo Jurídico do Direito à Saúde de Indígenas Residentes em Contexto Urbano e os Reflexos no Enfrentamento do Covid-19: uma Análise a Partir da Cidade de Manaus, Amazonas*, de Caroline Barbosa Contente Nogueira, Roger Luiz Paz de Almeida, Laura Fernanda Melo Nascimento e Igo Zany Nunes Correa;
- *Vida contra Vida e Colisão de Deveres no Contexto de Covid-19: o Que os Médicos Precisam Saber*, de Lucas Minorelli e Matheus Almeida Caetano.

(c) Direito e gênero:

- *Discursos dos Ciberfeminismos e Vulnerabilidades das Violências de Gênero em Tempos de Covid-19*, de Maria Simone Vione Schwengber, Rosana Souza de Vargas, Vanessa Vieira Mombach e Caterine de Moura Brachtvogel;
- *Violência contra Mulheres e a Pandemia do Covid-19: Insuficiência de Dados Oficiais e de Respostas do Estado Brasileiro*, de Grazielly Alessandra Baggenstoss, Leticia Povala Li e Lucely Ginani Bordon.

(d) Proteção de dados, fake news e Direito e tecnologia:

- *Fake News and Infodemia at the Time of Covid-19*, de Antonella Sciortino;
- *Novas Tecnologias, Divisão Digital e o Direito à Saúde em Tempos de Covid-19: Perspectivas de Gestão e de Governança no Brasil*, de Gabrielle Bezerra Sales Sarlet e Beatriz Lourenço Mendes;
- *Fake News no Contexto de Pandemia e Emergência Social: os Deveres e Responsabilidades das Plataformas de Redes Sociais na Moderação de Conteúdo Online: entre a Teoria e as Proposições Legislativas*, de Ivar Alberto Hartmann.

(e) Direito Financeiro/Tributário:

- *Emergência Administrativa e Reequilíbrio Econômico-Financeiro: Desafios da Recomposição e Consensualidade Como Paradigma para o Setor Aeroportuário no Contexto da Covid-19*, de José Sérgio da Silva Cristóvam, Thanderson Pereira de Sousa e Isabelly Cysne Augusto Maia.

(f) Direito Administrativo:

- *Direito Administrativo Brasileiro em Tempos de Covid-19: Principais Impactos e Sua Avaliação sob a Perspectiva de uma Cláusula Geral de Estado de Necessidade Administrativa*, de Eduardo Rocha Dias e Clarissa Sampaio Silva.

(g) Direito do Trabalho:

- *Relações de Trabalho, Reformas Neoliberais e a Pandemia do Covid-19: as Políticas para o Trabalho no Epicentro da Estratégia de Saúde Coletiva*, de Renata Queiroz Dutra e Renata Santana Lima.

(h) Direito Processual Penal:

- *Videoconferência na Inquirição de Testemunhas em Tempos de Covid-19: Prós e Contras na Percepção dos Atores Processuais Penais*, de Rodrigo Régner Chemim Guimarães e Andrelize Guaita di Lascio Parchen;
- *Covid-19 e o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: da Crise Sanitária à Violação Epidêmica do Direito Humano à Saúde no Contexto Prisional*, de Patrícia de Paula Queiroz Bonato, Carla Aparecida Arena Ventura e Maria Helena Donadon Caetano;
- *Pandemia Só das Grades para Fora: os Habeas Corpus Julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, de Natalia Pires de Vasconcelos, Maíra Rocha Machado e Henrique Yu Jiunn Wang;
- *O Direito à Vida e o Ideal de Defesa Social em Decisões do STJ no Contexto da Pandemia da Covid-19*, de Manuela Abath Valença e Felipe da Silva Freitas.

Ressaltamos, ainda, que os dois primeiros artigos do dossiê foram convidados, sendo assinados por professores(as) vinculados(as) a instituições estrangeiras, e o restante foi submetido ao processo de avaliação por pares.

Compõe o número, ainda, um artigo estrangeiro convidado, vinculado à seção “Doutrina Estrangeira”, de Antonio José Sánchez Sáez, com o título *La Objeción de Conciencia en España. En Especial, la Objeción de Conciencia en el Servicio Público Farmacéutico*.

Victor Giusti

Membro do Comitê Executivo

Luciana Silva Garcia

Editora-adjunta

João Paulo Bachur

Editor-chefe